

Técnicos discutem ordenamento da cidade

Luís Cláudio Cicci
de Brasília

Técnicos preparam, desde a sexta-feira, a mais importante norma que orientará o crescimento de Brasília. Representantes de quatro administrações regionais, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da Subsecretaria de Urbanismo e Preservação começaram a elaboração do Plano Diretor Local (PDL) da cidade. A expectativa é que no começo de 2001 a Câmara Legislativa possa analisar o projeto.

O documento, depois de pronto, será submetido aos deputados distritais e ao governador. Aprovado e sancionado, ganha força de lei complementar e permite sanções no caso de desrespeito. A hora é boa para resolver polêmicas que se tornaram comuns. Os pontos mais discutidos serão a cobertura dos edifícios residenciais, as ocupações irregulares de áreas públicas e o tombamento do Plano Piloto.

A aprovação do PDL de Brasília promete polêmica especial. Além de envolver quatro administrações regionais (Cruzeiro, Lagos Sul e Norte e Plano Piloto), essa futura lei complementar refletirá na vida do segundo maior grupo popu-

lacional do Distrito Federal, com 345 mil pessoas, aquelas de maior renda per capita e melhor instrução. Sem falar nas regras que orientam a preservação do Plano Piloto como patrimônio histórico.

O órgão de classe dos empresários da construção civil tem oito arquitetos empenhados em preparar propostas para o plano que vai orientar o crescimento urbano de Brasília. Fica evidente o interesse da iniciativa privada pelo assunto. Desde maio de 1999, quando assumiu a atual diretoria do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF), esses técnicos têm encontros periódicos.

Área pública

"Queremos ser um dos representantes da sociedade civil", justifica o presidente do Sinduscon, Márcio Edvandro Machado. "O PDL é importante para todos, e, em especial para o setor produtivo, porque existem dificuldades para o empreendedor." A referência tem a ver com o conflito de competência entre Iphan e Governo do Distrito Federal. "A oportunidade é boa para a regularização de questões que estão mal definidas." (Cont. Pág. 5)

Técnicos discutem...

Luís Cláudio Cicci
de Brasília

(Continuação da Primeira Página)

DF - lauma



César Gonçalves

Incômodo também para os comerciantes que, à revelia do poder público, ocuparam áreas públicas nas quadras comerciais do Plano Piloto. Reclamam eles da indefinição e de esporádicas derrubadas. Conforme levantamento do governo, 52% das lojas da Asa Sul invadem terrenos, enquanto na Asa Norte esse número chega aos 22%. No total, seriam 54.460 m² de espaço ocupado indevidamente.

"Prefiro chamar de ocupação desordenada", diz o diretor financeiro do Sindicato dos Hotéis, Motéis, Bares, Restaurantes e Similares do César Gonçalves. A organização tem pronta proposta, fruto de discussão que durou cinco anos e que reuniu representantes de outras quatro entidades, a fim de colaborar na elaboração do PDL. "Tem gente que exagerou, mas, em geral, há a consciência sobre a necessidade de padronização e a predisposição ao pagamento pelo espaço."

Este ano, dois empreendimentos experimentaram problemas por conta da falta de clareza nas normas para construção em Brasília. O Pier 21, às margens do Lago Sul, investimento anunciado de R\$ 50 milhões, e o Hipermercado Extra, no fim da Asa Norte, com custo previsto em R\$ 33 milhões, tiveram suas construções impedidas temporariamente por força de embargos do Iphan.

"Há uma falta de sintonia por conta da inexistência de uma grade de fluxo e procedimentos", reconhece a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Longhi. "É preciso definir o que pode ser adaptado sem o desvirtuamento da concepção original do Plano Piloto." O objetivo está definido e a metodologia de trabalho também, conforme prevê a Lei Orgânica. O artigo 321 garante a participação popular na elaboração, implementação e avaliação dos PDL.

"Mais importante que o documento final é a sistemática de planejamento, senão o papel vai parar na gaveta", alerta a assessora para planejamento urbano

do deputado Wasny de Roure, Tânia Battellla. O parlamentar foi relator de dois dos planos diretores que estão prontos. "A noção de planejamento deve ser pactuada, às vezes sem as melhores soluções técnicas, mas capaz de refletir os diversos interesses da população", argumenta o ex-presidente do Instituto do Planejamento Territorial e Urbano (IPDF), Luiz Phillipe Torelly.

Os técnicos dos governo local e federal preparam um esboço que vai orientar a participação da população nas audiências públicas. "Nosso desejo é que entre outubro e dezembro seja feita a discussão com a comunidade para, em fevereiro, fazer o encaminhamento à Câmara Legislativa", diz o administrador regional de Brasília, Leônicio Carneiro. "Vamos fazer um fórum de debates a fim de permitir a participação de cada prefeito de quadra, de todos segmentos."

Hoje, no Distrito Federal, quatro cidades têm PDL para regulamentar o direito ao uso e à ocupação do solo e ordenar o desenvolvimento urbano. Sobradinho, que ganhou o primeiro em abril de 1998, esperou durante 25 meses para que o plano passasse, na Câmara Legislativa, de projeto a lei complementar. Depois vieram Taguatinga e Candangolândia, ambas em março de 1998.

O projeto que trata de Ceilândia é o mais recente, foi aprovado no último dia 7 na Câmara Legislativa e ainda depende de sanção do governador. Para chegar onde está, foi submetido a audiências públicas e examinado nas Comissões de Constituição e Justiça, na Comissão de Orçamento e Finanças e na Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa.